

AS CONCEPÇÕES E OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Marcelo Marques de **ARAÚJO**

Campus Universitário de Marabá/UFPA

macelomarkes@uol.com.br

Maria da Conceição de **OLIVEIRA**

Campus Universitário de Marabá/UFPA

mcoliveira@ufpa.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo realizar uma apresentação de algumas concepções de alfabetização, enfocando as idéias subjacentes a este processo e discutir a aplicabilidade dos métodos de alfabetização no espaço educacional.

A Alfabetização em foco

Sabe-se que a alfabetização é tão antiga quanto o sistema da escrita. De certo modo é a atividade mais antiga da humanidade. De certo modo é a atividade escolar mais antiga da humanidade, observa-se que a alfabetização é um processo que se inicia desde o momento que a criança passa a ver, ouvir, pegar e experimentar algo. Porém ler e escrever são habilidades que iniciam-se em uma etapa de seu desenvolvimento, por isso, a aprendizagem da leitura e escrita não deve ser vista como um ritual penalizado de alfabetização e sim com atividades necessárias e prazerosas para o indivíduo neste período. Cagliari (1999) enfatiza que a alfabetização sempre foi e continuará sendo o tema central daqueles que se preocupam com a educação.

Para Ferreiro (2001) alfabetizar é uma tarefa complexa e sujeita a inúmeras influências. Nela interagem vários fatores sendo os principais: os pedagógicos e os sociais, os quais devem ser

considerados para que sejam alcançados os objetivos pretendidos no processo de alfabetização que são habilidades para ler e escrever. Além disso, a alfabetização é considerada um dos principais objetivos da educação infantil, pois é durante esse processo que a leitura começa a se fazer quando a criança está manipulando e explorando os objetos, descobrindo e criando significados, imitando alguém ou expressando seus conhecimentos.

É importante salientar, que durante o processo de alfabetização, os professores possuem um papel fundamental e, por isso, utilizam diversas estratégias para alfabetizar seus alunos, no entanto percebe-se que a apropriação de novos conceitos de ensino aprendizagem para a maioria dos professores ocorre lentamente o que acaba dificultando a realização dos objetivos pretendidos por todos que acreditam em uma educação de qualidade, com educadores preparados e mais dinâmicos trabalhando com base em novas teorias que visam o aluno como centro do processo sendo o professor o agente colaborador e facilitador da aprendizagem.

Muitos indivíduos pensam que para uma criança ser alfabetizada é preciso primeiro aprender a escrever. Essa é uma forma equivocada de pensar. A alfabetização se realiza quando a criança descobre como funciona o sistema de escrita, quando ela aprende a decifrá-lo. Segundo Cagliari (1999, p. 312), “alfabetizar é na sua essência ensinar alguém a ler, ou seja, a decifrar a escrita”. A leitura é a porta de entrada para todo o conhecimento que se deseja adquirir, é por meio da leitura que as grandes conquistas acontecem na vida das pessoas. Sendo que para a criança entrar nesse mundo de descobertas é preciso que haja motivação para o ato de ler e que essa leitura faça sentido em sua vida. Portanto, o segredo da alfabetização é a leitura; dominada a mesma, a criança já está pronta para desvendar outros caminhos, pois a escrita é uma decorrência do conhecimento que se tem da leitura.



É importante que as crianças sejam incentivadas a ler todo tipo de material e conhecer as diferentes formas de escrita que existem em nossa sociedade. Ao passo que uma criança que nunca viu um livro em casa, raramente viu alguém escrevendo, jamais teve papel e lápis, terá uma concepção diferente sobre o significado da leitura. Sobre isso Ferreiro (2001, p.19) reflete: “As crianças que crescem em famílias onde há pessoas alfabetizadas e onde ler e escrever são atividades cotidianas, recebem essas informações em atos sociais”. Segundo a autora, o aluno aprende a ler lendo, e a escrever escrevendo. Portanto, o aluno se alfabetiza participando de práticas sociais de leitura e escrita, e a referência de textos não pode ser a cartilha com frases sem sentido. Pode-se, por exemplo, utilizar para a leitura rótulos de produtos e propagandas além de ter a disposição muitos livros.

Quando a criança chega à escola já traz um conhecimento intuitivo das regras e do uso da linguagem oral, adquirido em sua experiência de falante nas conversas com os adultos e com outras crianças. Nessa fase escolar está iniciando o processo de aprendizagem sistematizada da escrita, como ela já é um falante competente, sabe usar a linguagem oral em situações que satisfaçam suas necessidades comunicativas. Ferreiro (2001, p. 20) nos diz que “as crianças chegam à escola sabendo coisas sobre a língua é preciso avaliá-las para determinar estratégias para sua iniciação”.

Na sua experiência social, também a criança já traz um conhecimento sobre a linguagem escrita, pois vive em sociedade em que a escrita está em toda parte. Está no ambiente público e na vida privada. Nos dias de hoje é quase impossível que alguma criança chegue à escola sem ter tido experiência de escrita. Sendo que na escola, ela vai aprender a organizar o seu conhecimento anterior, que deve ser aproveitado pelo professor. Porém, a recuperação e sistematização daquilo que o aluno já sabe, vai ser o ponto de partida do ensino sistematizado da escrita e da leitura. Segundo a autora,

apesar da criança construir seu próprio conhecimento, no que se refere à alfabetização é função do orientador organizar atividades que favoreçam a reflexão sobre a escrita.

Portanto, o professor alfabetizador deve ter como ponto de partida a relação da criança com o meio social o qual está inserido, pois ao trabalhar o desenvolvimento e capacidade de expressão do cotidiano, dá-se oportunidade para suas experiências, a representação que faz da realidade que vive. Pois esse processo criativo permite que aflore sua identidade social. E ao trabalhar o aprimoramento da criança, deverá ter certas preocupações como: respeitar a interpretação da criança ao elaborar sua escrita através de hipóteses, ou seja, da maneira que ele imagina representar frases palavras ou textos.

É óbvio que isso causa muitos desvios com relação às convenções da escrita. Mas isso deve ser aceito, não significa que o professor não deva instrumentar o aluno, para que sua expressão seja gradativamente melhorada e dessa forma vá se adaptando as normas da escrita. Não se deve rasurar de vermelho o que a criança constrói, mas procurar entender o que significa para a criança, agindo dessa forma o professor não bloqueia o processo de elaboração do aluno e nem abafa seu modo de ver a realidade e de expressá-la.

Segundo Rêgo (2002, p.76), de acordo com Vigotsky.

O desenvolvimento e aprendizagem do indivíduo estão inter-relacionadas desde o nascimento da criança através da interação com meio social e físico as crianças realizam uma série de aprendizagens, no seu cotidiano, observando, experimentado, imitando e recebendo instruções das pessoas, aprende a fazer perguntas e também elaborar respostas para uma série de questões. Como membro de um grupo social cultural determinado, ela vivencia um conjunto de experiências e opera sobre todo o material cultural (conceitos, valores, idéias, objetos concretos, concepção de mundo etc.) a que tem acesso.

Mediante o autor, muito antes de entrar na escola o educando já adquiriu o conhecimento do mundo que o cerca, por isso, não deve-se considerar a criança como analfabeto ao iniciar a alfabetização na escola, a qual possibilita a mesma o ensino sistematizado, porém, para o homem ser um elemento crítico na sociedade é necessário que ele esteja preparado. Para isso, esta preparação começa com uma alfabetização que contribua para que ocorra mudança no seu comportamento individual e social.

Assim como as primeiras civilizações faziam inscrições na pedra e a “escrita” representava o próprio objeto, para Ferreiro a criança também associa em alguns momentos de aquisição da escrita, o significativo ao significado. É o que o registro infantil mostra na fase icônica, num primeiro momento da manifestação da primeira etapa da escrita infantil. A criança acredita que escrever é desenhar o objeto, as pessoas, as coisas. Portanto, um grande passo de cada sujeito leitor e escritor no processo de apropriação do código escrito de língua materna dá-se quando surge a necessidade de diferenciar escrita do desenho e do próprio objeto, o que ocorre na fase pré-silábica e exige muito esforço físico da criança. Para ela, pessoas, animais e coisas pequenas são nomeadas por palavras pequenas.

Segundo Azenha (1993), de uma maneira não sistemática, uma estratégia usada pelas crianças para realizar alguma diferenciação entre os grafismos, é reproduzir o tamanho do objeto referido, fazendo retribuir a ele um traço em tamanho diferentes, na dependência da palavra a ser escrita. Porém, essa estratégia de diferenciação é defendida por Ferreiro (*apud* AZENHA, 1993, p.65) com realismo nominal no qual acentua, ao comentar dados semelhantes, “A escrita é uma escrita de nomes, mas os portadores destes nomes têm, além disso, outras propriedades que a escrita poderia refletir, já que a escrita do nome não é ainda a escrita de uma determinada forma sonora”.

Um outro momento essa gênese é aquele em que a criança descobre que a escrita não está relacionada ao objeto, nem ao nome do objeto, mas da fala. Tendo assim, já descoberto uma parte do segredo, também ela tenta descobrir como isso funciona e, é nesse momento que constrói a hipótese silábica para cada emissão de voz, registra uma parte do papel. Ai a criança percebe o funcionamento de algumas leis fonéticas, mesmo rudimentares. Superando essa hipótese, a criança passa por um período de transição. Ora escreve silabicamente, ora alfabeticamente, caracterizando, assim, a hipótese silábica-alfabética.

Mediante o exposto, quando a criança já venceu todos os obstáculos conceituais para a compreensão da escrita, ou seja, cada um dos caracteres da escrita corresponde a valores sonoros menores que a sílaba, a criança descobre a relação entre fonema e grafema. Visto que, nesse momento a criança formula a hipótese alfabética, isso não significa dizer que foram superados todos os problemas, ao alcance da legibilidade da escrita produzida, já que poderá ser mais facilmente compreendida pelo adulto.

Nessa perspectiva, Ferreiro (2001) demonstra que as crianças constroem hipóteses a respeito da escrita e da leitura do mesmo modo como se tornaram falantes da sua língua materna. Podendo, portanto, se tornarem leitoras e produtoras de texto. Colocando a prova suas hipóteses, enquanto reconstróem-nas alcançando patamares superiores cada vez mais próximos da escrita convencional.

1 As concepções e princípios de alfabetização

Ao iniciar o processo de alfabetização a criança já percorreu um longo caminho no que se refere à linguagem. Caberia a escola o papel de ensinar como funciona a linguagem humana, detalhando os vários usos dessa linguagem que se revela na forma oral e escrita em diferentes situações da vida. Porém, a escola insiste em ensinar

português para falantes nativos da língua, e que a entendem em várias situações da vida. Vale ressaltar que o professor de português só leva em conta o que a sociedade aceita como “certo”, ou seja, a língua padrão, a gramática normativa, desrespeitando os diversos usos lingüísticos nas mais variadas situações da vida.

No processo de alfabetização, nota-se que aquisição das habilidades básicas para a leitura e escrita são primordiais, pois ler e escrever são ações lingüísticas. Considerando esse fato, cabe uma análise sobre estas ações, a fim de operacionalizar o trabalho docente no processo de alfabetização. O docente que trabalha no processo de alfabetização deve também reconhecer os pressupostos da lingüística, a fim de compreender a inserção da criança no mundo da escrita, pois segundo Cagliari (2002, p. 42),

A lingüística é o estudo científico da linguagem. Está voltada para a explicação de como a linguagem humana funciona e de como são as línguas em particular, que fazendo o trabalho descritivo previsto pelas teorias, quer usando os conhecimentos adquiridos para beneficiar outras ciências e artes que usam, de algum modo à linguagem falada ou escrita.

Não é tarefa da lingüística explicar normas e usos da língua, sua função principal é explicar de que maneira funciona a linguagem humana. A lingüística vem ganhando espaço entre os educadores que se preocupam com a problemática referente ao analfabetismo, visto que os órgãos oficiais vêm dando atenção especial, porém não tem conseguido resultados expressivos. Nota-se que a competência técnica é necessária para os professores alfabetizadores e, um dos aspectos que se deve levar em conta é a realidade lingüística dos alunos, bem como levar o aprendiz a entender como a fala, a escrita e a leitura funcionam e quais os usos que tem. Diante disso, sendo a linguagem um fator social, evidentemente o processo de aquisição da mesma acontece de forma gradual, a partir do primeiro ano de vida da

criança. Pois aos três anos de idade ela já é considerada falante nativo da língua. Obviamente essa criança dependendo do meio social, falará na escola. Porém, cabe a escola acatar esse dialeto evitando discriminações Cagliari (2002, p. 20) discorre sobre isso dizendo:

A criança que entra na escola pode certamente levar um choque, por mais que os adultos digam que a escola é isso ou aquilo. Se ela for pobre, vier de uma comunidade que fala um dialeto que sofre discriminação por parte dos habitantes do lugar onde se situa a escola, sem caso será realmente dramática, trágico mesmo.

Portanto, vale informar que o uso da lingüística na alfabetização deve ser planejada com vários profissionais e suas respectivas áreas de conhecimento. Sendo assim, pode-se afirmar que a língua é um instrumento que usamos para facilitar a comunicação. Porém, no interior de uma mesma língua existem muitas variações, tornando a linguagem diferente em vários aspectos; existem variações lingüísticas de um lugar para outro, de uma classe social para outra e até mesmo de uma pessoa para outra. Embora haja em determinado momento, dificuldades de compreensão devido às linguagens específicas usadas por algumas pessoas, como por exemplo: as gírias, os dialetos geográficos, a fala das crianças, das pessoas do meio rural etc.

É preciso que o aluno saiba que esses diferentes modos de falar são resultados de transformações pelas quais a língua passou ao longo do tempo. Vale informar que a língua portuguesa, por exemplo, originou-se do latim – uma língua que sobrepôs as línguas européias, seguindo dois níveis de compreensão: o clássico, falado por pessoas ilustres e escritores; sendo representado por uma minoria e o latim vulgar, falado pelo povo. Essa língua passou por constantes evoluções e o que se tem atualmente no Brasil é uma língua diversificada, falada em muitos lugares, firmando-se assim os dialetos, os quais muitas vezes

sofrem preconceitos por não serem respeitados por parte da sociedade e por instituições escolares, causando problemas com relação a fala e a escrita aos que a praticam.

A língua dita padrão carrega consigo status cultural e social. O dialeto também de sistema léxico, sintático e fonético, usado em ambiente restrito apresenta sentido pejorativo, por essa razão é mais conveniente usar o termo variedade lingüística, quando se refere a dialetos. Essa idéia está em concordância com as de Cagliari (1999, p.191) “todo falante nativo fala de acordo com a variedade lingüística estabelecida na comunidade em que cresceu e viveu”.

Infelizmente, a escola não aceita a variação como um fato lingüístico, e por conta disso, os preconceitos relativos aos diferentes modos de falar acontecem. Nesse sentido, tanto a escola como a sociedade é negligente por não valorizarem o modo de falar das pessoas e não admitirem o “falar diferente”, considerando dessa forma valores como o “certo ou errado” aos falantes nativos de uma língua. É preciso que a sociedade como um todo e a escola ampliem seus conhecimentos a respeito da linguagem e entendam, que o falar diferente é um fenômeno importantíssimo que a língua possui e que as pessoas falam de acordo com suas origens, com a classe social de que fazem parte e de acordo com a comunidade em que vivem, a respeito disso, Cagliari (1999, p. 32) diz que “certo e errado são conceitos pouco honestos que a sociedade usa para marcar os indivíduos e casse sociais pelo modo de falar”.

No entanto, cujo papel da escola é preparar o aluno para a vida, que ainda está impregnada de mitos como o de que existe um modo único de falar, de que a escrita é o exemplo da fala e de que é necessário “consertar” a fala para que o aluno não escreva errado.

Agindo dessa maneira, a escola deixa de mostrar ao aluno os fenômenos importantes que a língua possui, que a mesma é composta

por vários dialetos que embora se apresentem com semelhanças e diferenças, merecem ser respeitados e valorizados. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 31-32), “a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro as diferentes situações comunicativas”.

Portanto para viver em sociedade, o homem está sujeito a todo tipo de preconceito, inclusive o lingüístico, que não raro acontece sutilmente, muitas vezes de forma “involuntária” por partes das pessoas que acreditam pertencer a uma classe de privilegiados, que discriminam os falantes da língua não-padrão, tida como “errada” por essa parte da sociedade. Nota-se que o preconceito lingüístico está ligado ao equívoco criado em torno da gramática normativa e língua. Muitos acreditam que a gramática e língua formam uma unidade. Tal fato não é verdadeiro, pois a língua está em constante modificação enquanto que a gramática é apenas uma tentativa formal de normatizar o funcionamento da língua, além de não acompanhar as constantes mudanças ocorridas no funcionamento da língua, a gramática apenas passa por revisões, de forma esporádica e descontextualizada ao ritmo das mudanças provindas do uso da língua.

A superação desse preconceito consiste em respeitar o dialeto não-padrão. Isso não significa que as pessoas que se expressam dessa forma, não tenham chance de aprender o dialeto padrão e usá-lo quando lhe for conveniente. Segundo Cagliari (1999, p. 196), “aprender o dialeto padrão é indispensável, não para justificar os preconceitos associados a ele, mas como forma de garantir uma vida melhor aos que estudam”.

Nota-se que o preconceito lingüístico está tão evidente na cultura

brasileira que até pessoas que estão acostumadas com a língua padrão se deixam influenciar, afirmando que a língua brasileira é homogênea. Diante disso, é preciso que a escola desmistifique essa idéia e faça com que as pessoas reconheçam a grande diversidade lingüística existente no Brasil e criem condições para que a população que vive a margem da língua padrão possa conhecê-la. Bagno (2003, p.15) considera essa crença de que o Brasil possui uma língua única como um dos mitos que levam ao preconceito lingüístico e explica.

Esse mito é muito prejudicial à educação porque ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma lingüística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os 160 milhões de brasileiros, independentes de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação sócio-econômica, de seu grau de escolarização etc.

Segundo o autor, o Brasil por ser geograficamente grande, apresenta uma variedade de dialetos, por exemplo, o nordestino tem uma forma de falar própria, totalmente diferente do português falado no centro-sul. Além dessa variedade geográfica, existe também, a variedade relacionada ao grau de instrução, ou seja, pessoas que tiveram oportunidades de estudar, se aproximam mais da norma padrão no ato de falar, isso não quer dizer que falem melhor, há a variedade segundo a faixa etária, na qual se percebe uma diferença no falar das crianças, e a variedade urbana e rural, sendo a rural menosprezada, mal vista pelas pessoas da cidade.

Mediante o exposto, a escola contribui para o preconceito lingüístico a medida que não reconhece a multiplicidade de variedade do português, valorizando apenas o aluno que traz em sua “bagagem” lingüística a norma padrão, expulsando aqueles que falas dialetos diferentes, tratando-os como deficientes lingüísticos, ampliando dessa forma, o abismo das desigualdades. Na maioria das vezes, o professor por falta de informação, acaba acreditando que a forma

certa de falar seja aquela que os gramáticos tradicionais pregam.

Em relação ao professor, assim como Cagliari (1999) Klein (1997), também admite que um dos fatores que contribui para o fracasso educacional é a competência técnica do professor e o descompromisso com a educação infantil e com o ensino fundamental. Klein chama atenção ainda para uma triste realidade: o fracasso escolar é significativamente acentuado nas séries iniciais, o que pode estar relacionado com o preconceito lingüístico, que ocorre na faixa etária ou mesmo sócio-econômico, visto que esse fracasso é evidente nas escolas públicas.

Vale ressaltar, que a competência técnica do professor aponta para a superação dos métodos tradicionais e do preconceito lingüístico, tão evidente no contexto escolar. Assim sendo, é necessário, não apenas superar métodos considerados ultrapassados, segundo Klein (1997, p. 30).

A grande massa do professorado, aquela que de fato atua nas classes de alfabetização, a quem se destinam, em última instância, as considerações teóricas que orientam a ação pedagógica, essa massa desprovida das condições concretas para o estudo, o aprofundamento e a reflexão que a complexidade dessas questões exigem, acaba assimilando que o critério de validade do novo é ser contrário-mecanicamente inverso – a forma anterior.

Nesse contexto, o professor compromissado poderá intervir, cedendo aos apelos que, segundo o autor se fazem na literatura educacional, no sentido de uma qualificação para o professor. Para se alfabetizador, o professor precisa conhecer a lingüística, pois sendo a lingüística o estudo científico da linguagem, nota-se que o ensino de Português necessita de um conhecimento aprofundado por parte do educador.

Sabe-se que o processo de alfabetização inclui muitos fatores, e o professor precisa estar ciente de como se dá o processo de aquisição

de conhecimentos, qual o desenvolvimento emocional, a evolução do processo de interação social, da natureza da realidade lingüística envolvida no instante que está acontecendo a alfabetização, para ter condições de caminhar em forma prazerosa e produtiva o processo de aprendizagem sem os sofrimentos habituais.

É importante ressaltar o aspecto fonético da língua como um importante ponto para o desenvolvimento ortográfico na língua portuguesa e conseqüentemente da leitura, uma vez que é comum, principalmente em alunos de escolas públicas, a falta do domínio na escrita dos léxicos, sendo observado isso principalmente na atividade da sala de aula, denominada de “ditado”. Um bom ensino de fonética nas primeiras séries é capaz de sanar muitos problemas ortográficos da vida escolar dos alunos e até prevenir problemas fonoaudiológicos.

Pode-se explicar, por exemplo, o fato de muitos alunos utilizarem apenas uma letra S para grafar como “passeio” isso acontece porque este aluno, e até mesmo a professora, não tem um conhecimento aprimorado acerca da fonética, pois se tivesse saberia que o fonema [s] quando é realizado entre vogais deve ser grafado com o dígrafo, que são duas letras, que representam um só som [ss].

Também, não pode esquecer de falar, que a fonética portuguesa é muito complicada porque apresenta fonemas que podem ser representados por mais de uma letra (o fonema /s/ é representado pelas letras s, ss, x, ç, c), é letras que representam mais de um fonema (a letra s representa os fonemas /z/, /s/s), causando assim, uma verdadeira vozearia, na escolha de letra para se escrever uma palavra. Uma solução para amenizar este problema é levar o aluno a estimular-se a leitura, pois quem lê com proficiência, com certeza escreverá com proficiência.

A fonologia se entretém dos aspectos interpretativos dos sons, ou seja, de sua estrutura funcional nas línguas. A noção de valor

lingüístico não é igual a de certo ou errado. Porém, o valor lingüístico diz respeito às funções, atribuições de um som dentro da organização sistemática das línguas. Um som, por exemplo, pode ter um valor distintivo ou não. Portanto, se um falante de português sabe produzir o som [p] e sabe que este som ocorre em palavras como “pelo”, “pingo” e etc. da mesma forma conhece o som [b], em palavras como “belo”, “bingo” e etc. Dessa forma percebe-se que [p] e [b], possuem valores distintivos nestas palavras, porque trocando-se um pelo outro, ocorre uma mudança de significado das palavras: pelo, belo, pingo, bingo. Assim sendo, esses dois sons possuem características comuns e opõe-se apenas pelo fato de um ser sonoro [b] e o outro surdo [p].

A língua é um sistema de identidade e diferenças. As unidades lingüísticas conhecem-se por suas identidades e distingue-se por suas diferenças. Porém a gramática de uma língua informa quais as unidades fonológicas distintas desta língua, quais os traços fonéticos são fonológicos e quais são não-fonológicos ou previsíveis. A fonologia interessa-se apenas pelos traçados distintivos, enquanto a fonética interessa-se por todos os traços.

Tomando por base o sistema fonológico da língua portuguesa a consoante [b], funciona como sonora – e não surda – em relação ao [p], como não nasal em relação a [m], como não continua em relação a [v], articulação labial é comum aos três segmentos fônicos, a sonoridade e a articulação labial, [b] e [m] e a não nasalidade a [b] e [p]. A oralidade a labialidade e a sonoridade são comuns a [b] e [v]. Certos elementos constantes numa unidade não implicam uma oposição diante de [i], as consoantes [t] e [d] apresentam freqüentemente palatalização sem nenhum par de palavras na língua portuguesa se oponha porque essa palatalização existe ou não, pois o significado da palavra será sempre o mesmo, independente da forma como é pronunciada.

Aos elementos que ao menos em certos contextos, são constantes embora não constituam uma oposição chamamos de redundantes: não são funcionais e tem apenas uma função auxiliar. Durante as unidades são opostas entre si quando possuem um traço ou traços comuns e outro diferente. O traço de sonoridade que distingue as consoantes [b] e [p] distinguem também [t] e [d], [f] e [v], etc. O elemento marcado tem valor positivo ao passo que o outro será negativo: [b] é mais sonoro e [p] é menos sonoro, que equivale dizer que o primeiro é sonoro e o segundo é surdo, sem vibração das cordas vocais. Porém, os traçados têm de abranger todos os contrastes necessários dentro de uma língua já que devem diferenciar fonemas. Ninguém escapa de um momento de insegurança sobre a ortografia de uma palavra rara.

Vale ressaltar, que quando mais de uma letra pode, na mesma posição representar o mesmo som, a opção pela letra correta em uma palavra é, em termo puramente fonológicas, inteiramente arbitrária. Pelas regras de distribuição de sons e de letras em português, rosa, que se escreve com s, poderia igualmente ser aceita com z, do mesmo, exame tem x, mas poderia ser escrita com s, ou z e hora tem h, mas ora não, apesar da identidade fonética.

É importante que o professor não deve dar muita importância a erros dessa espécie. Gradativamente, com a prática de leitura e da escrita tais erros diminuirão. Porém, a preocupação com a ortografia não deve crescer a ponto de inibir a expressão escrita da criança.

Sabe-se, que tradicionalmente, a alfabetização é a aprendizagem da escrita e da leitura, pois ler e escrever são atos lingüísticos, mas só há pouco tempo tem havido o interesse e a preocupação da lingüística em projetos educacionais. Porém, a compreensão do sentido da escrita e sua aplicação é imprescindível ao processo de alfabetização. Ferreiro (2001) ressalta que as crianças são alfabetizadas desde que descubram, através de contextos sociais funcionais, que a escrita é um

objeto interessante que merece ser conhecido como tantos outros objetos da realidade aos quais dedicam seus melhores esforços intelectuais.

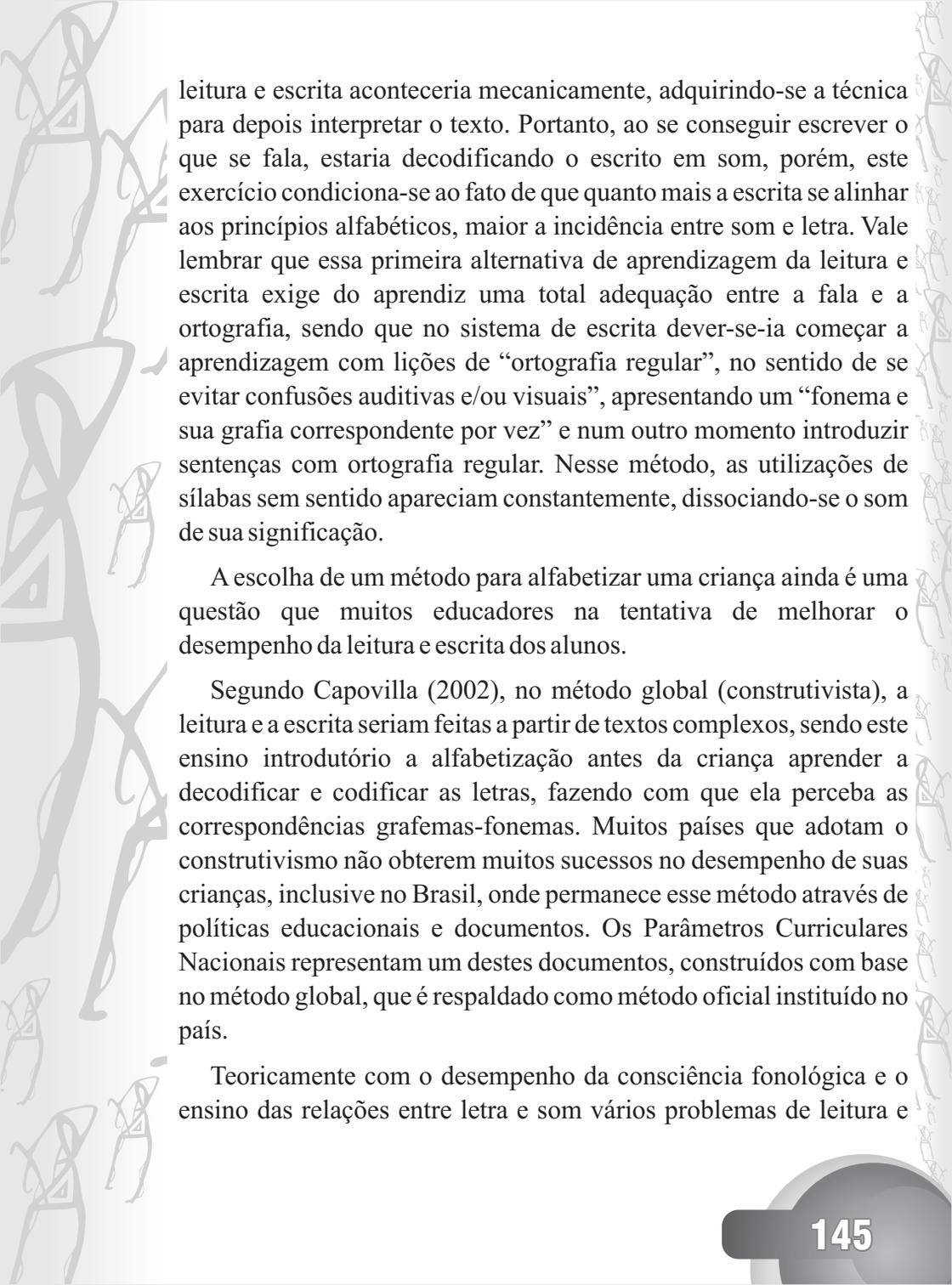
Mediante o exposto, observa-se que se esse processo de escrita e da fala na alfabetização não for refletido e trabalhado com seriedade, a escola irá se deparar com sérias dificuldades ao trabalhar a leitura. Segundo Cagliari (1999, p.113), “a escrita não deve ser vista apenas como uma tarefa escolar ou como ato individual, mas, precisará estar engajada nos usos sociais que envolvem, principalmente, como forma especial de expressão de uma cultura”. Portanto, partindo das idéias de vários pesquisadores, a alfabetização vem sendo discutida com inquietações, sobretudo para aqueles que se preocupam com a mesma, pois há décadas nota-se inúmeras dificuldades na aprendizagem, embora essa preocupação venha adquirindo uma atenção dos órgãos oficiais, infelizmente, não tem obtido resultados satisfatórios, nas tentativas de resolver essas dificuldades.

2 Métodos e processos de alfabetização

Percebe-se que com o desenvolvimento da escrita foram criadas várias metodologias de ensino de leitura, entretanto, a alfabetização tem disponível até hoje dois caminhos: o método sintético e o analítico. Ambos visam levar a criança a compreensão da existência de uma correspondência entre os signos da língua escrita e os sons da língua oral.

Observa-se que com as interpretações de Ferreiro e Teberosky (1999), a aplicação do método sintético como aquele ensinado a partir de elementos menores que a palavra, realizando a correspondência entre o oral e o escrito, entre som e a grafia, sendo feito da parte para o todo, onde as letras seriam pronunciadas de acordo com as regras de sonorização da escrita e do idioma correspondente.

Ferreiro e Teberosky (1999) lembram que a aprendizagem da



leitura e escrita aconteceria mecanicamente, adquirindo-se a técnica para depois interpretar o texto. Portanto, ao se conseguir escrever o que se fala, estaria decodificando o escrito em som, porém, este exercício condiciona-se ao fato de que quanto mais a escrita se alinhar aos princípios alfabéticos, maior a incidência entre som e letra. Vale lembrar que essa primeira alternativa de aprendizagem da leitura e escrita exige do aprendiz uma total adequação entre a fala e a ortografia, sendo que no sistema de escrita dever-se-ia começar a aprendizagem com lições de “ortografia regular”, no sentido de se evitar confusões auditivas e/ou visuais”, apresentando um “fonema e sua grafia correspondente por vez” e num outro momento introduzir sentenças com ortografia regular. Nesse método, as utilizações de sílabas sem sentido apareciam constantemente, dissociando-se o som de sua significação.

A escolha de um método para alfabetizar uma criança ainda é uma questão que muitos educadores na tentativa de melhorar o desempenho da leitura e escrita dos alunos.

Segundo Capovilla (2002), no método global (construtivista), a leitura e a escrita seriam feitas a partir de textos complexos, sendo este ensino introdutório a alfabetização antes da criança aprender a decodificar e codificar as letras, fazendo com que ela perceba as correspondências grafemas-fonemas. Muitos países que adotam o construtivismo não obtêm muitos sucessos no desempenho de suas crianças, inclusive no Brasil, onde permanece esse método através de políticas educacionais e documentos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais representam um destes documentos, construídos com base no método global, que é respaldado como método oficial instituído no país.

Teoricamente com o desempenho da consciência fonológica e o ensino das relações entre letra e som vários problemas de leitura e

escrita seriam aos poucos sanados a partir das intervenções, conforme Capovilla e Capovilla (2002, p. 42) esclarecem,

O programa de intervenção usado nas pesquisas foi desenvolvido a partir da compilação, adaptação e combinação dos procedimentos que se mostraram mais eficazes nos estudos publicados na bibliografia internacional. Foram planejadas e descritas mais atividades visando desenvolver os diferentes níveis de consciência de palavras, sílabas, rimas, aliterações e finalmente de fonemas.

Diante dos problemas de intervenção formados no Brasil primeiramente se analisaram os estudos relativos às crianças que possuem dificuldades de leitura e escrita provenientes de escolas públicas e particulares. Com o aspecto de conquistarem atividades que visassem o desenvolvimento da consciência fonológica e correspondência entre grafemas e fonemas, a partir da participação nas atividades todos obtiveram resultados favoráveis e surpreenderam ao equivalente aos colegas que antes eram considerados adiantados. Adquirindo a consciência fonológica e conhecimentos de letras, observa-se também o desempenho de ler em voz alta e em escrever sob ditado, mesmo sem terem recebido instrução direta de leitura e escrita, estas habilidades se manifestaram de maneira significativa.

Vale ressaltar que para compreender melhor o processo do ensino da leitura e escrita, Capovilla e Capovilla (2002, p.53-55) afirmaram que a criança tende a passar por três estágios na aquisição da leitura e escrita.

1) o logográfico, em que ela trata a palavra escrita como se fosse uma representação pictoideográfica e visual do referente; 2) o alfabético em que, com o desenvolvimento da forma fonológica, a criança aprende a fazer decodificação grafonêmica; 3) o ortográfico em que, com o desenvolvimento grafonêmico da rota lexical, a criança aprende a fazer leitura visual direta de palavras de alta frequência.

Essas fases que os autores descrevem para melhor compreensão levam a visualizar que na 1ª fase, a logográfica trata de trabalhar mais a figura longe da escrita alfabética quer dizer um código de correspondência entre determinadas letras e combinações de letras e seus respectivos sons.

Já no estágio alfabético, a criança cria maturidade para entender a escrita e depois a chegar a ler um texto, bem como a fala. Desse modo, a aprendizagem da escrita e do som das letras, a criança poderá formar sílabas, palavras e fonemas no decorrer da leitura.

Em detrimento de já ter alcançado estas aprendizagens, a criança já se encontra no estágio ortográfico. Nesta fase, ela já consegue perceber os variantes sonoros existentes em uma só letra, percebendo a irregularidade de grafemas e fonemas. É com esses estágios que a criança vai se expandindo e alcançando uma alfabetização de qualidade. Infelizmente poucos se encontram trabalhando com o método fônico, devido à falta de informação e pelo sistema educacional vigente adotar apenas a abordagem construtivista.

Barbosa (1994) compreende que o caminho sintético é muito antigo, por existir a mais de dois mil anos. Examina a língua escrita como objeto de conhecimento externo do homem ao executar um ensino racional de seus elementos. Visto que a instrução acontece do simples para o complexo, ou seja, num processo cumulativo, no qual a criança aprende as letras, depois as sílabas, as palavras, as frases e finalmente o texto completo. Ainda segundo Barbosa (1994, p.47).

O aprendiz deveria dominar o alfabeto, nomeando cada uma das letras, independente do seu valor fonético e de sua grafia. O aprendiz aprendia repetindo em coro, soletrando, após esse período, era apresentada a grafia das letras do alfabeto e, numa primeira síntese, apresentavam-se as sílabas, sistematicamente e em ordem. Em seguida, eram introduzidas as palavras mais simples (monossílabas) e depois, as mais longas, consideradas de pronúncia mais difícil.

Em reflexão sobre o ensino de leitura e escrita Borges (1998), o método sintético tem como ponto de partida o estudo das unidades da língua: letra fonema, sílaba. Ou seja, esse método era ensinado em grupo, somando unidades menores e formando “agrupamento maiores (ou seja, palavras, sentenças)”. Esse método era conhecido como método alfabético, isto é, ele aprendia primeiro conhecer as letras do alfabeto, depois os sons, a sílaba. Essa aprendizagem era buscada por meio da soletração em coro. Ensinava-se a grafia das letras, iniciando-se depois síntese, sílabas, palavras desde aquelas mais simples para mais complexas.

O método sintético foi usado como “metodologia de ensino” desde a antiguidade até os nossos dias. Já na segunda metade do século XVIII, o método sintético sofreu uma grande inovação de aprendizagem mudando o método da soletração pela silabação, ou seja, formando palavras.

Enquanto o método sintético, no seu procedimento metodológico parte da letra do fonema ou da sílaba, apresentam o aprendizado inicial da leitura e da escrita como uma questão mecânica, isto é, ler significa decifrar a escrita em som. O método analítico tem como ponto de partida da alfabetização os elementos significativos da língua: palavra contextualizada, frase ou texto.

Além disso, o método analítico recomenda que a seleção da unidade inicial das frases, dos textos e palavras sejam feitas em função do significado, do interesse que possa despertar, da ligação ao contexto e a realidade dos alunos e não em função das relações entre letras e sons.

Mediante Barbosa (1994) com os fundamentos do método global ou analítico, o método sintético iniciaria a sofrer modificações, aparecendo o modelo analítico-sintético, se agrupando alguns elementos do global, com as características de base sintética,

continuar a operação “ $b+a=ba$ ” como a base para o ensino da leitura, como também apareceriam as palavras – chave conhecidas pelas crianças.

Segundo Barbosa (1994, p. 49), em 1955, William Gray estabelece o predomínio com a divulgação teórica do método Analítico-sintético como o “melhor e mais eficaz dos métodos”. Porém, teoricamente, segundo o autor, esta afirmação seria um equívoco, pois o fundamento do método analítico-sintético é o mesmo do método sintético.

Como modelo de encaminhar às crianças a aquisição da leitura e da escrita, a escola começaria a divulgar-se em material impresso, cuja origem estaria condicionada ao silabário do século XIX: a cartilha. Sendo que este material impresso era inexistente ou raridade para o sucesso de alfabetização ou do trabalho de ensinar as primeiras letras.

Mediante o exposto, Barbosa (1994, p. 54-55) ordenaria as cartilhas de acordo com a escolha metodológica adotadas, ficando nessa disposição:

- **Cartilhas sintéticas**, “de soletração ou silabação”, iniciam com elementos não significantes da língua: letra ou sílabas. Este processo iniciava-se com a apresentação das vogais modelos seguida pela maioria das cartilhas. Logo, a seguir, ordenava-se as vogais, trabalhando os ditongos e tritongos. Tendo ocorrido as combinações entre vogais e consoantes, encaminhando sobre o estudo das “famílias silábicas”, que se iniciaram com tais combinações, surgindo então as palavras. Durante a construção de palavras, a aprendizagem passa a ser encaminhada através de exercícios repetitivos. Com as cartilhas sintéticas, as palavras se formam através de elementos não significativos, que vão unindo até resultar em frases para depois surgirem os textos, resultados previstos na alfabetização.

- **Cartilhas analíticas**, “de palavração ou sentenciação”,

identificam os elementos mais significativos da língua como as palavras e as frases. Pode-se observar que os procedimentos são inversos ao das cartilhas sintéticas, ou seja, inicia-se dos elementos maiores da língua (do “todo” chega-se as “partes”).

- **Cartilhas mistas ou analítico-sintéticas** surgiram da combinação dos métodos tradicionais da alfabetização. Essas cartilhas mistas partem de palavras-chave, as quais seriam retiradas de uma frase, dando a elas condição de destaque. As palavras seriam decompostas em sílabas e formariam novas palavras. Pode-se observar que existe uma hierarquia de dificuldades e, como regra, dever-se-ia trabalhar com sílabas já conhecidas pela criança.

Muitos autores concordam com a utilização de palavras-chave (normalmente substantivo), desde que tenham um significado a criança, respeitando seu contexto cultural, fato que frequentemente é desrespeitado nas cartilhas, pois a maioria das palavras usadas representam uma realidade do aprendiz.

Monteiro e Oliveira (1993) comentam que enquanto o método sintético se preocupa com o reconhecimento, o método analítico preocupa-se mais com a compreensão. Deste modo, diferentes métodos motivam a aprendizagem de leituras por diferentes caminhos: enquanto o sintético valoriza as palavras, o analítico dá mais ênfase a compreensão do conteúdo.

Vale frisar, que muitos autores enfatizam que a alfabetização deve partir da realidade lingüística dos alunos, respeitando-se os modos próprios de cada comunidade, ou seja, suas próprias idéias sobre a realidade e cultura, pois não se pode ensinar um método sem conhecer o sujeito. Por isso, torna-se relevante para o processo de alfabetização o docente construir um diálogo com o discente, a fim de que ele possa expressar sua leitura de mundo ao educador.

Seria significativo que as políticas educacionais investissem mais

na qualificação dos educadores para que os mesmos pudessem criar metodologias de acordo com a realidade de seus alunos, pois isso poderia viabilizar uma qualidade maior no ensino da escrita. Diante dessa discussão, está claro que não existe uma “receita pronta” para alfabetizar. O que deve-se fazer é procurar conhecer a realidade do discente e encontrar um método adequado, que venha servir como subsídio para a construção de seu conhecimento no decorrer de seu cotidiano.

É importante salientar que a abordagem construtivista considera que o conhecimento é construído pelo sujeito, num processo contínuo e dinâmico ao longo da história de vida do sujeito, na interação com meio onde vive e com as pessoas com as quais se relaciona. Desse modo, o sujeito é visto como um ser ativo, que agindo sobre os objetos de conhecimento do meio ambiente, interage socialmente e sofre as influências do mesmo e ao mesmo tempo interioriza vários conhecimentos a partir de sua ação. Dentro desta perspectiva, o sujeito vai formando e se tornando mais autônomo na busca do conhecimento.

Considerações finais

Compreender que o processo de socialização entre homens e mulheres é parte fundamental da formação e da evolução da humanidade. Uma característica presente neste percurso é a comunicação que ocorre por meio da linguagem verbal, escrita e gestual, logo a comunicação é imprescindível para a humanização, fato este que pressupõe vivências culturais, sociais e educativas. Um caso peculiar desta dinâmica é educação não formal, a qual ocorre primeiramente no ambiente familiar, enquanto a formal ocorre na instituição escolar.

O princípio da troca de informações e experiências flui através das diversas linguagens, uma delas é a escrita que possui uma

peculiaridade de grande relevância, pois necessariamente sua compreensão é feita através da leitura de sinais gráficos. Portanto, o aprendizado do sistema de escrita não se reduz apenas a capacidade do indivíduo codificar e decodificar sons e sinais da língua escrita, mas sim, se sobressair além dessa expectativa, pois se caracteriza como uma ação ativa pela qual a criança absorve códigos lingüísticos que inicialmente ocorre no meio social em que ela está inserida. Nesse sentido, é importante ressaltar que o processo ensino-aprendizagem deve propiciar ao alunado a descoberta e a valorização do sistema escrito, não de forma mecânica, descontextualizada, mas sim compreensiva, interpretativa, visando uma leitura social e real.

Dessa forma, prima-se pelo envolvimento do professor embasado pelo seu compromisso de educador-político por se tratar de questões relacionadas à formação humana, visto que ele deve ficar atento à escrita dos alunos, perceber seus avanços e suas dificuldades; identificar suas hipóteses com relação ao sistema escrito, podendo assim eleger e definir quais as estratégias que serão usadas para interferir junto aos alunos.

Referências

- AZENHA, Maria das Graças. **Construtivismo de Piaget a Emília Ferreiro**. São Paulo: Ática, 1993.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2003.
- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1994.
- BORGES, Tereza. M. M. **Ensinando a Ler sem Sílabas sem Silabar: Alternativas metodológicas**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1998.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, MEC/SEF, 1997.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o ba – be – bi – bo – bu**. São Paulo: Scipione, 1999.
- _____. **Alfabetização & Lingüística: pensamento e ação no magistério**. 10ª ed. Editora Scipione: São Paulo, 2002.
- CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Ceabra; CAPOVILLA, Fernando César. **Alfabetização: método fônico**. São Paulo: Memom, 2002.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões Sobre Alfabetização**. Tradução Horácio Gonzáles (*et. al.*) 24 ed. atualizada. São Paulo: Cortez, 2001. (Col. Questões de nossa época; v.14).
- _____. **Com Todas as Letras**. Trad. De Maria Zilda da Cunha Lopes; retradução e cotejo de textos Sandra Trabucco Venezuela. 9ª ed. São

Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1999.

KLEIN, Lúgia Regina. **Alfabetização: quem tem medo de ensinar?** 2ª ed. São Paulo. Cortez: Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 13ª Petrópolis: Vozes, 2002.

VYGOTSKY L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.